
Rubéola congênita – um risco prevenível

Congenital Rubella – a preventable risk

Mesmo com a marcante redução na incidência de casos de rubéola, resultado das ações de vigilância e, particularmente, dos esforços de vacinação dirigidos às mulheres em idade fértil, o Brasil ainda apresenta surtos de grande importância em vários estados. Em 2007, foram confirmados mais de 5.500 casos de rubéola. Em situações de surto, existe um risco aumentado de ocorrência da síndrome da rubéola congênita (SRC) em recém-nascidos de mulheres expostas ao vírus durante o período gestacional. Evidências recentes demonstram um risco de até 4,3 casos de SRC por 1.000 nascidos vivos.¹

No Brasil, a implantação da vacina contra rubéola na rotina foi realizada de maneira gradativa entre 1992 e 2000. Campanhas de vacinação de seguimento foram realizadas em 2000 e 2004 e a vacinação de mulheres em idade fértil foi concluída em todos os estados em 2002. Os casos recentes de rubéola vêm ocorrendo com maior frequência no sexo masculino, na faixa etária de 20 a 29 anos e em indivíduos não vacinados.¹

A meta da eliminação da rubéola e da SRC até 2010 é um compromisso do Brasil e demais países da região das Américas, assumido em 2003. Para tanto, devem ser implementadas estratégias de vigilância e vacinação. As ações de vacinação incluem administração da vacina tríplice viral na rotina aos 12 meses de idade, com uma segunda dose entre 4 e 6 anos de idade, além de campanhas de vacinação de seguimento a cada 4 anos dirigidas a crianças de 1 a 4 anos e campanhas de vacinação de adolescentes e adultos.¹

Este número da *Scientia Medica* apresenta dois estudos: o primeiro, "Prevalência de anticorpos IgG para rubéola em gestantes do Hospital São Lucas da PUCRS, Porto Alegre, Brasil",²

teve como objetivo medir a prevalência da sorologia positiva para rubéola nas gestantes atendidas no Hospital São Lucas da PUCRS, para conhecer melhor o atual estado de imunização das gestantes em nossa localidade. O segundo estudo, "Avaliação prospectiva de gestantes vacinadas contra rubéola no sul do Brasil",³ teve como objetivo principal avaliar a ocorrência da SRC em filhos de mulheres que foram vacinadas contra a rubéola e que não sabiam que estavam grávidas, ou que engravidaram até 30 dias após a vacinação. Ambos os estudos são de grande relevância e aplicabilidade em nosso meio, mostrando, respectivamente, o resultado das estratégias vacinais em nosso estado e demonstrando que a vacinação inadvertida de gestantes não deve ser uma razão para a interrupção da gestação.

Parabéns aos autores e boa leitura a todos!

SORAYA MALAFAIA COLARES

Infectologista Pediátrica.

Pediatra do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar da Santa Casa de Porto Alegre. Responsável técnica pelo Núcleo de Vacinas do Hospital Moínhos de Ventos na Unidade Iguatemi

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Surtos de rubéola no Brasil: alerta. Disponível em: <http://200.214.130.38/portal/arquivos/pdf/nota_rubeola_1708.pdf>.
2. Steibel G, Milan C, Steibel JAP, Cunha Filho EV, Torrens MC, Stucky JM. Prevalência de anticorpos IgG para rubéola em gestantes do Hospital São Lucas da PUCRS, Porto Alegre, Brasil. *Scientia Medica*. 2007;17.
3. Minussi L, Nascimento CR, Momino W, et al. Avaliação prospectiva de gestantes vacinadas contra rubéola no sul do Brasil. *Scientia Medica*. 2007;17.